



PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LULA (2003-2006): UMA REVISÃO DE LITERATURA

Área: ECONOMIA

CARVALHO, Sandra Bengozi de

Resumo:

No primeiro pronunciamento, de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, afirmou que a vitória significava o início de um novo ciclo histórico para o Brasil, rumo ao crescimento (GONÇALVES, 2003). Por isso, a presente pesquisa objetivou verificar, a atuação do presidente Lula no seu primeiro mandato que se deu entre os anos 2003 e 2006. Observando se ocorreram de fato crescimento e desenvolvimento na economia brasileira durante o seu mandato. Os resultados obtidos mostraram que a economia brasileira no período estudado (2003-2006) cresceu, sendo principalmente fundado na expansão das exportações que, apesar da valorização do real, aumentaram significativamente, apresentando o equivalente a 11,6% (MARQUES e MENDES, 2009).

Palavras-chave: Brasil. Governo Lula (2003-2006). Crescimento.

1. INTRODUÇÃO

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 27 de outubro de 2002, foi eleito presidente do Brasil. No seu primeiro pronunciamento, Lula afirmou que a “vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil”. Lula foi categórico: “a maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda” (GONÇALVES, 2003).

Durante 20 anos, Lula e o PT representaram, ao menos, seis coisas essenciais para quem sonhava com a possibilidade de outro Brasil: 1) a luta contra os excessos do Fundo Monetário Internacional; 2) a oposição à política dita tradicional marcada pelas alianças entre os partidos de direita e de centro em nome da manutenção do poder; 3) a ideia de transparência em política, com a defesa do fim da distância entre as promessas de campanha



eleitoral e as realizações dos eleitos; 4) a renegociação da dívida externa brasileira com os bancos estrangeiros de modo a relançar os investimentos sociais e o crescimento econômico do país; 5) a inclusão social de milhões de excluídos vivendo em condições precárias; 6) as reformas consideradas fundamentais: agrária (dar terra a quem precisa), educacional (universidade para todos), do trabalho (geração, segundo promessa de campanha de Lula, de dez milhões de empregos em quatro anos), da saúde, da previdência social, da desconcentração de renda, etc (SILVA, 2006).

Por isso, a presente pesquisa tem o objetivo de verificar, a partir de pesquisas já realizadas a cerca do primeiro mandato do presidente Lula, que se deu entre os anos 2003 e 2006, sua atuação como Presidente do Brasil rumo ao Crescimento Econômico. Tendo como hipótese inicial se houve de fato crescimento na economia brasileira durante o seu mandato (2003-2006).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80, surge e se expande o movimento sindical dos operários da indústria paulista e o Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder principal é Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula. Durante os anos 80 e 90, o PT ganha corpo, estrutura e significativo peso político nacional, com centenas de milhares de filiados e militantes, tornando-se a principal força política de oposição aos governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (OLIVEIRA e NAKATANI, s/d).

Depois de três derrotas consecutivas (1989, 1994 e 1998) (SILVA, 2006). Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT, em 27 de outubro de 2002, foi eleito presidente do Brasil, derrotando o candidato apoiado pelo então ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ex-ministro da saúde e senador pelo Estado de São Paulo José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 61,43% dos votos (FREITAS, 2007). Nas eleições seguintes (2007-2010) o petista Luiz Inácio Lula da Silva se candidata à reeleição e vence novamente, para iniciar um segundo mandato, consecutivo, como Presidente do Brasil, vence no 2º. Turno com a maioria dos votos válidos sob Geraldo Alckmin (PSDB) (G1, 2006).



A eleição da primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio do Movimento dos Sem-Terra (MST). Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula. Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). O primeiro PNRA foi elaborado em 1985 (governo Sarney) sob a coordenação de José Gomes da Silva. Os projetos coordenados por estes dois históricos defensores da reforma agrária nunca foram implantados (FERNANDES, 2008).

Em sua candidatura, Lula contou ainda com o apoio explícito da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A leitura que a CUT fazia era a de que havia dois projetos antagônicos em disputa: um democrático e popular, comprometido com o estabelecimento de uma sociedade mais justa, personificado por Lula, e outro, personificado por José Serra, que representava a continuidade das políticas neoliberais e contrário aos interesses dos trabalhadores (RADERMACHER e MELLEIRO, 2007).

O primeiro pronunciamento de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente eleito, realizado no dia 28 de outubro de 2002, começou da seguinte forma: "Ontem, o Brasil votou para mudar". Não resta dúvida, a maioria do povo brasileiro votou contra o governo FHC, mais especificamente contra a continuidade de políticas neoliberais que tiveram impacto negativo sobre a sociedade. Lula afirmou ainda que a vitória significava a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil. Lula foi categórico: "a maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda". O presidente eleito declarou ainda que "vamos aplacar a fome, gerar empregos, atacar o crime, combater a corrupção e criar melhores condições de estudo para a população de baixa renda desde o momento inicial de meu governo" (GONÇALVES, 2003).



3. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, utilizar-se-á, uma metodologia de pesquisa descritiva, a partir de publicações seguras na forma de artigos científicos relacionados ao tema. Bem como sites oficiais do governo como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

No seu governo (2003-2006), Lula, priorizou o controle da inflação, a ser combatida através da contenção da demanda agregada, e a abertura comercial e financeira. Isto é, conter os desequilíbrios macroeconômicos gerados durante o governo FHC, notadamente, a dívida pública e os déficits em conta corrente, e os desequilíbrios sociais mais intensos através de políticas sociais para minorar a extrema pobreza. Para isso deu continuidade e/ou aprofundou políticas impulsionadas ao final do governo FHC, como a contenção dos gastos públicos e ampliação do superávit primário, estabelecimento do câmbio flutuante e implementação de políticas sociais para uma população ameaçada com a queda dos rendimentos, o desemprego crescente e a recessão econômica. Além disso, manteve o manejo das taxas de juros, significativamente apreciadas, como o principal instrumento de controle da inflação. Por outro lado, sustou políticas como as de privatização, impulsionando em seu lugar as licitações através das parcerias público-privadas, ampliando o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no fomento da atividade industrial, o que serviu de contrapeso às políticas de altos juros (MARTINS, 2007). O resultado imediato desse conjunto de políticas restritivas foi: queda do investimento e do consumo e, portanto, contração da produção e da renda, bem como o aumento do desemprego (MARQUES e MENDES, 2009).

Com o intuito de evitar o caos econômico, conhecer a máquina governamental, avançar o máximo possível na agenda de reformas e, sobretudo, manter o índice de aprovação popular num patamar alto. Contribuíram a capacidade de comunicação do presidente junto à sociedade, seu estilo coloquial e negociador, além de um discurso engajado na defesa dos interesses nacionais (FREITAS, 2007).



De acordo com Freitas (2007), durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) foi aprovada duas reformas estruturais: a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária; aprovou, ainda, a Lei de Falência e o projeto das Parcerias Público-Privado (PPP). Conseguiu realizar anualmente o leilão de áreas de exploração de petróleo e o pagamento da dívida externa, em detrimento das políticas sociais e dos investimentos para o desenvolvimento do país. Além disso, aumentou, ainda mais: a dívida interna, que chegou à casa de R\$ 1 trilhão, devido aos juros altos; os lucros dos banqueiros, dos fundos de pensão e dos rentistas e os lucros das empresas privatizadas (telefonias, eletricidade). Ainda, contribuiu para que o PT, como partido de esquerda, se transformasse num partido neoliberal ou no 'partido do Lula'.

Em 2006 o orçamento para a saúde chegou a R\$ 40 bilhões. Sendo uma das prioridades de agenda do governo Lula. Quanto à assistência farmacêutica, foi criada a Farmácia Popular do Brasil, com 203 unidades, inauguradas em 165 municípios. Com medicamentos com preços mais baixos. Além disso, implantou a Política de Atenção às Urgências e Emergências, sendo o atendimento pré-hospitalar móvel implementado em todo país por meio da Rede Nacional SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) (FREITAS, 2007).

Enquanto candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva falava em dobrar o valor do salário mínimo. Ao final, entre dezembro de 2002 e setembro de 2006, o salário mínimo real aumentou 40%, beneficiando os trabalhadores de mais baixa renda e os beneficiários do piso previdenciário (principalmente rurais) e do Benefício de Prestação Continuada¹ (BPC). Contudo, a evolução do rendimento dos ocupados não acompanhou essa melhora do salário mínimo, muito pelo contrário. O mau desempenho econômico registrado no primeiro ano do governo Lula (2003) provocou redução de 12,6% do rendimento médio habitual real do trabalhador brasileiro em relação a 2002. Essa redução foi observada em todas as categorias de ocupação, apesar daquelas mais organizadas terem firmado acordos de reajuste salarial favoráveis no segundo semestre, quando o nível de atividade se recuperou um pouco. Ao mesmo tempo, a taxa média de desemprego aberto das cinco regiões

¹ é um direito garantido pela Constituição Federal, que assegura um salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente (MDS, 2011).



metropolitanas, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou aumento (12,3%; quando era 11,7% em 2002). Em 2004, muito embora a economia tenha crescido 4,9%, o rendimento médio real dos ocupados recuou mais 0,7%, mas a taxa média de desemprego no ano caiu para 11,5%. Em 2005, o rendimento médio habitual real apresentou uma pequena recuperação, crescendo 2% em relação ao ano anterior. Mas esse desempenho não atingiu os trabalhadores com carteira assinada, os quais sofreram redução de 0,8% em seu rendimento médio habitual real (em 2004 ele havia aumentado 0,3% e, em 2003, havia se reduzido em 4,9%). Em 2006, a taxa média de desemprego continuou a cair, registrando 9,8%. Os três primeiros anos do governo Lula caracterizaram-se, portanto, pela redução do rendimento médio real habitual dos ocupados (MARQUES e MENDES, 2007).

No âmbito da política de combate à pobreza e da Assistência Social, destaca-se alguns programas que definem mudanças ocorridas durante o governo Lula. Como o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família (PBF), e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (FREITAS, 2007).

No período em estudo, a evolução do PIB seguiu um crescimento descontínuo, apresentando uma expansão de 1,1% em 2003, de 5,7% em 2004, de 2,9% em 2005 e de 3,7% em 2006. Nesses anos, o crescimento, embora pequeno, do PIB foi principalmente fundado na expansão das exportações que, apesar da valorização do real, aumentaram significativamente, apresentando o equivalente a 11,6%. A saber, o setor agropecuário obteve um crescimento de 0,8%, a indústria 2,5% e os serviços 2,0%. Em relação à despesa, o consumo das famílias cresceu 3,1%, a formação bruta do capital fixo, 1,6%, as importações, 9,5% e o consumo do governo, 1,6% (MARQUES e MENDES, 2009).

Em matéria de agricultura e de desenvolvimento rural, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito na base de um importante programa de reforma agrária, de defesa da agricultura familiar e de luta contra a pobreza no campo. Nomeou como ministros da Agricultura, do Desenvolvimento e do Comércio, três grandes proprietários também patrões de agroindústrias, os quais adotaram uma política a favor da agricultura patronal e de apoio às exportações agrícolas, particularmente agressiva (SABOURIN, 2007).

Além do mais, destacam-se alguns programas agrícolas, que marcaram o primeiro Governo Lula (2003-2006), a saber, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), administrado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); o Programa de



Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), conduzido pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT); e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) confiado à Secretaria da Reorganização Agrária (SRA), que administra o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (Incra) (SABOURIN, 2007).

O governo Lula, se posicionou favoravelmente ao agronegócio, estimulando as exportações. Através de incentivos para o aperfeiçoamento de tecnologias e dos instrumentos que viabilizam e potencializam a produção nos latifúndios como maquinários, ou desenvolvimento de grandes variedades de sementes, como também, medidas para estimular as exportações, com redução tributária e/ou maior concessão de créditos (TESTA, s/d).

Contudo, o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), no campo da agricultura foi marcado pela presença significativa da violência e dos conflitos no campo brasileiro evidenciando a persistência da reprodução de um modelo agrário-agrícola baseado na concentração de terra, da riqueza e de poder. Demonstrando, sobretudo, a resistência das populações do campo – camponeses, sem terra, indígenas, seringueiros, quilombolas, dentre outras – impelidas a protagonizar as mais diversas lutas sociais no país para manterem suas terras (SIMONETTI, 2009). Lembrando que o governo (2003-2006) havia abandonado a reforma agrária em seu governo (FREITAS, 2007).

Quanto as políticas públicas a cerca da educação no país, em reconhecendo ao papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social, o governo Lula adotou uma série de medidas com o objetivo de expandir a oferta de ensino superior, principalmente o de caráter público. Assim, o Programa Expandir, desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do MEC, previu a criação de dez universidades federais (duas a partir do zero, duas através do desmembramento de universidades existentes e seis a partir de escolas e faculdades especializadas) e 43 campi universitários em diversas regiões do país (MICHELOTTO, COELHO e ZAINKO, 2006). Isto é, no quadro de esgotamento do crescimento privado, trata-se não mais de priorizar a expansão de matrículas, cursos e instituições particulares, mas de criar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos já existentes. Surge então, em 2003, o Programa Universidade para Todos (ProUni) (CARVALHO, s/d). Todavia, vários autores têm se dedicado a analisar o ProUni como perspectiva de ampliação do acesso à educação superior e, portanto, como um instrumento de democratização da educação superior. Mas, as análises



invariavelmente questionam a sua eficiência como política pública, pois a sua concepção é pouco consistente no que tange à permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização (MICHELOTTO, COELHO e ZAINKO, 2006).

Muitas das iniciativas do governo Lula da Silva situam-se na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, com destaque para a Índia, África do Sul, China e Rússia. As relações com a América do Sul também merecem particular atenção. Com a Índia e a África do Sul, o governo brasileiro formalizou uma relação estratégica e de cooperação ao criar o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) ou o G-3. Com a Rússia e a China, tem buscado ampliar os intercâmbios comerciais, tecnológicos e militares. A partir de 2005, após o acordo com os chineses, que limita, por exemplo, a possibilidade de ações *antidumping* no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC), as exportações do Brasil para a China cresceram menos do que as importações. Segundo dados, a partir de fontes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no período entre 2002 e 2005, a participação da China nas exportações do Brasil evoluiu de 4,2% para 5,8%, ainda que o ritmo de crescimento tenha sido reduzido, enquanto as importações elevaram de forma bem mais significativa. Além disso, os chineses não apoiaram a reivindicação do Brasil para obter uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas, posição justificada pelas relações daquele país com o Japão, nem se tornaram parceiros nas negociações não agrícolas da Rodada Doha. Após meses de negociações, o Brasil anunciou seu apoio à entrada da Rússia na OMC, segundo a opinião crítica de um jornal, em troca de “um mero compromisso daquele país de não reduzir o acesso das carnes brasileiras ao seu mercado, em qualquer condição, por cinco anos” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

5. CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo, verificar, o desempenho do governo Lula, no seu primeiro mandato como Presidente da República Brasileira, o qual se deu entre os anos 2003 e 2006. Tendo como hipótese inicial observar se houve crescimento e desenvolvimento na economia brasileira durante o seu mandato (2003-2006).



Os resultados obtidos mostraram que a economia brasileira no período estudado (2003-2006) cresceu, sendo principalmente fundado na expansão das exportações que, apesar da valorização do real, aumentaram significativamente, apresentando o equivalente a 11,6% (MARQUES e MENDES, 2009). Confirmando assim, a hipótese inicial desse trabalho.

Além do mais, destaca-se ainda, outras realizações significativas durante o governo Lula (2003-2006), como medidas voltadas à expansão da oferta de ensino superior, principalmente o de caráter público. Como também no campo da agricultura, o apoio ao agronegócio e às exportações. Bem como a política de combate à pobreza através dos programas: Fome Zero, Bolsa Família (PBF), e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contudo, sugere-se a realização de novas pesquisas a respeito das realizações feitas durante o mandato de um presidente, como uma forma de balanço ou avaliação de seu governo - observando os possíveis avanços obtidos, como também na função de formar uma bibliografia que poderá ser utilizada como fonte de dados à futuros governantes, até mesmo para a formulação de políticas públicas.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado.** IE/UNICAMP. GT: Política de Educação Superior/ n. 11. Agência Financiadora: CNPQ. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf>. Acesso aos 25/02/2011. 15p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** Universidade Estadual Paulista – UNESP. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: dezembro de 2008. ISSN 2177-4463.10p.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Rev. Katálysis. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 65-74 jan./jun. 2007. 10p.

G1. O portal de notícias da globo. **Lula é reeleito e promete crescer sem estourar gastos.** 30/10/2006 - 00h12m - Atualizado em 31/10/2006 - 15h54m Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1330803-6282-2533,00.html>. Acesso aos 21/02/2011.



GONÇALVES, Reinaldo. **Política econômica e macrocenários nacionais: 2003-2006.** La rivista del manifesto. N. 40. 06/2003. Disponível em: <http://www.larivistadelmanifesto.it/originale/40A20030613.html>. Acesso aos 21/02/2011.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007. 9p.

_____. **O social sob o "tacão de ferro" da política econômica do período 2003-2006.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 567-582, dez. 2009. 16p.

MARTINS, Carlos Eduardo. **O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas.** Universidade Estácio de Sá. Rev. Katálysis. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 35-43 jan./jun. 2007. 9p.

MICHELOTTO, Regina Maria.; COELHO, Rúbia Helena.; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR. 20p.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Benefício de Prestação Continuada.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>. Acessado aos 22/02/2011.

OLIVEIRA, Fabricio Augusto de; NAKATANI, Paulo. **A economia brasileira sob o governo Lula: resultados e contradições.** s/d. 14p.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007. 37p.

SILVA, Juremir Machado da. **O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento (a cobertura de Veja).** PUCRS. Revista FAMECOS. Porto Alegre. n° 29. abril 2006. quadrimestral. 9p.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A geografia dos conflitos agrários no campo brasileiro: os dados do governo Lula.** Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 19-40, jul./dez. 2009. 22p.

TESTA, Marcela Carneiro. **Estado, burguesia agrária e sem-terra: lutas sociais sob o Governo Lula.** s/d. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/marcelacarneirotesta.pdf>. Acesso aos 23/02/2011. 12p.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação.** CONTEXTO INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335. 63p.